

RESPONSABILIDADE SOCIAL: RELATÓRIOS E INDICADORES DE EVIDENCIAÇÃO PARA OSCIPs A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS STAKEHOLDERS

SOCIAL RESPONSIBILITY: DISCLOSURE REPORTS AND INDICATORS FOR OSCIPs FROM THE STAKEHOLDERS PERSPECTIVES

Raiziane Cássia Freire da Silva

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, RS, Brasil, raifreire@hotmail.com

Rosane Maria Seibert

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, RS, Brasil, rseibert@san.uri.br

Recebido em: 13/11/2017

Aceito em: 17/01/2018

Resumo

O objetivo deste estudo é identificar relatórios e indicadores representativos de responsabilidade social, que devem ser evidenciados pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) a partir dos interesses de seus públicos, nos sítios de Internet. A identificação foi efetuada por meio de revisão da literatura e da aplicação de formulário para *stakeholders* de três OSCIPs do Estado do Rio Grande do Sul, escolhidas por acessibilidade. O formulário para a coleta dos relatórios e indicadores junto aos *stakeholders* continha categorias da responsabilidade social identificadas na revisão da literatura, que devia ser preenchido com informações a serem evidenciadas. Como resultado da análise de conteúdo e triangulação das evidências teóricas e empíricas, identificaram-se 86 itens, entre relatórios e indicadores representativos de responsabilidade social, classificados nas categorias: econômica e financeira; ética; legal; estratégica; governança; social; públicos da organização e ambiental.

Palavras-chaves: Indicadores. Relatórios. Evidenciação. Legitimidade. Responsabilidade social

Abstract

The objective of this study is to identify reports and indicators representative of social responsibility, which should be evidenced by Civil Society Organizations of Public Interest (OSCIPs) from the interests of their publics, on the Internet sites. The identification was made through a review of the literature and the application of the form for stakeholders of three OSCIPs of the State of Rio Grande do Sul, chosen for accessibility. The form for collecting the reports and indicators from the stakeholders contained social responsibility categories identified in the literature review, which should be filled with information to be evidenced. As a result of the content analysis and triangulation of the theoretical and empirical evidences, 86 items were identified, among reports and indicators representing social responsibility, classified in the categories: economic and financial; ethic; cool; strategic; governance; social; organization and environmental.

Keywords: Indicators. Reports. Evidence. Legitimacy. Social responsibility.

1 Introdução

Toda organização é considerada uma criação social que pode participar de determinada comunidade se retornar algo do interesse dela, como forma de cumprir um contrato social (LINDBLOM, 1994; SHOCKER; SETHI, 1973; SUCHMAN, 1995). As expectativas em torno do desempenho das organizações assumem desde o retorno econômico até o filantrópico, devendo as mesmas comportarem-se de maneira socialmente responsável, respeitando os

interesses de seus *stakeholders* (FREEMAN, 1984; O'DONOVAN, 2002; PARMAR et al., 2010; YUSOFF; LEHMAN; NASIR, 2006).

A responsabilidade social é uma prática esperada por qualquer organização, com ou sem fins econômicos, e está sujeita a vigilância dos *stakeholders* no que tange a conduta socialmente responsável (ABNT, 2010). São os *stakeholders* que concedem a legitimação (PHILLIP, 2003), por isso sua percepção impacta negativa ou positivamente a organização, dependendo do comportamento adotado por elas (ABNT, 2010). É através da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social que os *stakeholders* podem avaliar o desempenho socialmente responsável da organização e a mesma, por sua vez, evitar os malefícios da perda da legitimidade (LINDBLOM, 1994; O'DONOVAN, 2002; PHILLIP, 2003; SUCHMAN, 1995).

No caso das organizações sem fins lucrativos, qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Civil de Interesse Público (OSCIP), as mesmas são regidas pela lei 9.790/99 que estabelece as informações mínimas a serem evidenciadas. No entanto, quando a organização evidencia informações além do que exige a legislação, está demonstrando seu compromisso com os seus *stakeholders* legitimadores (CORMIER e MAGNAN, 2015; FREEMAN, 1984; MICHELON, 2011; PARMAR et al., 2010; PHILLIPS, 2003) gerando benefícios como: alinhamento de valores organização-sociedade; antecipação aos ataques de grupo de pressão; melhoria da reputação e imagem organizacional, vantagem competitiva, oportunidade de captação de recursos, novos doadores e investidores (ABNT, 2010; CORREA, GONÇALVES; MORAES, 2015; FOMBRUN; GARDBERG; BARNETT, 2000; MICHELON, 2011; O'DONOVAN, 2002).

Considerando que a legislação das OSCIPs estimula a evidenciação estabelecendo algumas informações mínimas e reconhecendo que a mesma é um meio estratégico de legitimação (LINDBLOM, 1994; O'DONOVAN, 2002; SUCHMAN, 1995), a pesquisa pretende contribuir identificando as informações que podem ser evidenciadas por essas organizações, além daquelas minimamente estabelecidas. Assim, o objetivo deste trabalho é identificar os indicadores representativos de reponsabilidade social que as OSCIPS podem evidenciar em suas páginas eletrônicas de Internet, aos seus públicos de interesse. Para isso, levantaram-se os indicadores em referências bibliográficas e junto aos próprios *stakeholders* das OSCIPs pesquisadas.

Além desta introdução, este artigo é composto pela revisão da literatura que fundamenta o estudo, pelo processo metodológico adotado para desenvolvimento da pesquisa e pela descrição e discussão dos resultados encontrados; finalizando com as considerações finais.

2 Revisão da literatura

As organizações são criações sociais regidas por um contrato social firmado com a sociedade na qual estão inseridas. O cumprimento das expectativas contidas neste contrato é o que a sociedade espera das organizações para merecerem a legitimação e a permanência nela (DAVIS, 1973; DEEGAN, 2002; LINDBLOM, 1994; O'DONOVAN, 2002; PARMAR et al., 2010; SHOCKER E SETHI, 1973; SUCHMAN, 1995). A sociedade é composta por diversos públicos, chamados de *stakeholders*, que mantem relação com a organização como: governo, empregados, fornecedores, doadores, clientes e a comunidade em geral (CLARKSON, 1995; PARMAR et al., 2010; PHILLIP, 2003). Os *stakeholders* afetam e podem ser afetados pelas atividades da organização na realização de seus objetivos (FREEMAN, 1984). São eles que detêm o poder de legitimar e permitir a permanência da organização na sociedade (DEEGAN, 2002; FREEMAN, 1984; O'DONOVAN, 2002; PARMAR et al., 2010; PHILLIPS, 2003).

A legitimidade tanto aumenta a continuidade quanto à credibilidade das organizações (LINDOBLOM, 1994), por isso as mesmas devem procurar atender não apenas seus interesses como também os interesses de seus *stakeholders*, retornando benefícios que alcancem a todos (FREEMAN, 1984; O'DONOVAN, 2002; PARMAR et al., 2010). Também devem considerar os *stakeholders* na estrutura e política organizacional, bem como nas tomadas de decisões uma vez que os mesmos impactam nos resultados e no futuro da organização (FREEMAN, 1984; MACHADO FILHO, 2011; LAVILLE, 2009). O equilíbrio dessa relação é importante para obtenção do apoio dos *stakeholders* e, conseqüentemente, a legitimação e a perenidade da organização (FREEMAN, 1984; PARMAR et al., 2010; PHILLIPS, 2003). A perda da legitimidade revoga o contrato social provocando penalidades econômicas, sociais e jurídicas (DAVIS, 1973; DEEGAN, 2002; LINDBLOM, 1994; O'DONOVAN, 2002).

A evidenciação desempenha um importante papel para legitimação organizacional, pois é evidenciando informações que a organização demonstrará aos *stakeholders* o cumprimento das expectativas implícitas e explícitas do contrato social (CORMIER E MAGNAN, 2015; LINDBLOM, 1994; O'DONOVAN, 2002; SHOCKER; SETHI, 1973; SUCHMAN, 1995). Entre essas informações estão as que comprovem o seu comprometimento com a responsabilidade social (DHALIWAL et al., 2014; FOMBRUN et al., 2000; PHILLIPS, 2003).

A responsabilidade social está inserida na ideia do contrato social e parte da premissa que a sociedade tem expectativas quanto ao comportamento e os resultados gerados pela organização, motivada pela ligação existente entre elas (MACHADO FILHO, 2011; RAHIM, 2012; WOOD, 1991). Sua definição não se restringe apenas a maximização do lucro e a conformidade com as exigências legais (DAVIS, 1973), mas estende-se a uma relação mais ampla onde existe o compromisso da organização com o desenvolvimento sustentável e em responder pelos impactos causados na sociedade provenientes de sua atividade (LAVILLE, 2009; RAHIM, 2012; WOOD, 1991).

Nesse sentido, uma organização é considerada socialmente responsável quando cumpre, simultaneamente com a responsabilidade econômica de ser produtiva e rentável; com a responsabilidade legal respeitando as legislações vigentes; com a responsabilidade ética se comportando de acordo com as expectativas da sociedade; e com a responsabilidade filantrópica, haja vista que a sociedade espera que as organizações atuem para a melhoria do ambiente social (CARROLL, 1979). A responsabilidade ambiental também é considerada uma parte da responsabilidade social, bem como a responsabilidade de integração com seus *stakeholders* e a responsabilidade voluntária de ir além das suas obrigações legais (DAHLSTRUD, 2008). As categorias mais utilizadas como sendo da responsabilidade social são: econômica e financeira; ética; legal; estratégica; governança; social; públicos de interesse e ambiental (ABNT, 2010; 2012; CARROLL, 1979; DAHLSTRUD, 2008; DHANANI; CONNOLLY, 2012; GRI, 2016; INSTITUTO ETHOS, 2017; MICHELON, 2011; MURCIA E SANTOS, 2009; O'DONOVAN, 2002; SEIBERT; MACAGNAN, 2015; 2017; SILVA; MACAGNAN, 2012; UNGC, 2014).

As práticas de responsabilidade social possibilitam a boa relação entre organização e *stakeholders* (FOMBRUN et al., 2000), o que proporciona às organizações a legitimação, vantagem competitiva, boa reputação e obtenção de oportunidades para auferir novos recursos, novos doadores e ou investidores (ABNT, 2010; FOMBRUN et al., 2000). Em contrapartida, a ausência dessas práticas favorece a perda de posição na sociedade para outras organizações que possuem responsabilidade social (DAVIS, 1973) e a perda de apoio dos *stakeholders* deixando a organização vulnerável a ameaças decorrentes deles como: ilegitimidade, ações judiciais, exposição negativa da mídia, falta de comprometimento dos empregados, dentre outros (FOMBRUN et al., 2000).

A evidenciação de informações representativas de responsabilidade social pode ser realizada através de indicadores. Os indicadores são medidas representativas de questões ou preocupações específicas (REMPEL; ANDISON; HANNON, 2004) que possibilitam a formulação de conclusões sobre o que foi analisado (HEINK; KOWARIK, 2010). Para representar a realidade, os indicadores devem ser capazes de quantificar, mensurar, simplificar e comunicar informações significativas, além de tornar perceptíveis situações e fatos relevantes para análise e tomada de decisão (GALLOPIM, 1996). Em geral, um único indicador não executa tais funções (DUELLI; OBRIST, 2003; REMPEL et al., 2004), por isso é necessário agrupar em categorias, com indicadores bem selecionados, que representem elementos-chaves do fenômeno a ser representado (SÃO JOSÉ; FIGUEIREDO, 2011).

Os indicadores são instrumentos úteis de monitoramento, avaliação e comunicação (HEINK; KOWARIK, 2010; REMPEL et al., 2004; SÃO JOSÉ; FIGUEIREDO, 2011). Agregam e facilitam a comunicação de informações complexas e abstratas tornando-as mais compreensíveis, mais práticas e quantificáveis, quando necessário (HARDI; BARGI, 1997; VAN BELLEN, 2004). Ao desempenhar sua função de comunicador, os indicadores contribuem para uma prática de diálogo e transparência da organização com seus *stakeholders* (SÃO JOSÉ; FIGUEIREDO, 2011), propiciando uma relação positiva entre as partes.

Uma das formas de evidenciação dos indicadores são relatórios. Os relatórios são um meio da organização comunicar aos *stakeholders* seu desempenho financeiro, a realização da atividade organizacional, o desenvolvimento de ações sociais e ambientais, bem como sua conduta socialmente responsável (COOPER; OWEN, 2007). Por exemplo: relatório de sustentabilidade, relatório integrado, relatório Ethos de sustentabilidade, relatório anual, balanço social e outros relatórios contábeis (MONTEIRO; FERREIRA, 2007; MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013; SILVA; MACAGNAN, 2012).

A seguir, apresenta-se o procedimento para identificação dos indicadores representativos de responsabilidade social.

3 Metodologia

A pesquisa teve início com o levantamento bibliográfico a fim de identificar os relatórios e indicadores representativos de responsabilidade social que poderiam ser evidenciados; e para conhecer as metodologias adotadas em pesquisas empíricas para construção desses indicadores e as categorias utilizadas para classificá-los.

Para identificação dos relatórios e indicadores foi realizada uma revisão em leis e normas nacionais e internacionais, bem como uma pesquisa em documentos de orientação sobre responsabilidade social produzidos por entidades reconhecidas pelo trabalho desenvolvido nessa área, conforme discriminado na Tabela 1.

Tabela 1: Levantamento das categorias, relatórios e indicadores de responsabilidade social

Onde foi obtido	Estudos / Documentos / Site
Literatura teórica e empírica	Yusoff et al., 2006; Soldi; Hatz; Santos; Silva, 2008; Murcia; Santos, 2009; Carneiro; Oliveira; Torres, 2011; Rover; Tomazzia; Murcia; Borba., 2012; Silva; Macagnan, 2012; Dhanani; Connolly, 2012; Macêdo; Moura; Dagostini; Hein, 2013; Bezerra; Pereira; Albuquerque, 2014; Burgwal; Vieira, 2014; Jizi; Salama; Dixon; Stratling, 2014; Oliveira; Pontes Junior; Oliveira; Sena, 2014; Cho; Michelon; Patten, 2015; Correa et al., 2015; Marquezan et al., 2015; Seibert; Macagnan, 2015; Silva; Seibert; Wbatuba; Macagnan, 2015; Gallego-Álvarez; Quina-Custodio, 2016; Kiliç, 2016; Oliveira; Ceglia; Antônio Filho, 2016
Leis e normas brasileiras e internacionais	Lei 9790 (Brasil, 1999); NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental (CFC, 2004); AA1000APS - <i>Accountability Principles Standard</i> (AccountAbility, 2008); NBR ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social (ABNT, 2010); NBC - ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros (CFC, 2012); NBR 16001:2012

Onde foi obtido	Estudos / Documentos / Site
	- Responsabilidade Social: Sistema de Gestão – Requisitos (ABNT, 2012); SA8000:2014 – Responsabilidade Social (SAI, 2014) e AA1000SES - <i>Stakeholder Engagement Standard</i> (AccountAbility, 2015).
Documentos de orientação sobre evidênciação da responsabilidade social	Guia de Sustentabilidade Corporativa do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC, 2014); Guia das Melhores Práticas de Governança para Institutos e Fundações Empresariais (IBGC; GIFE, 2015); Normas GRI para Relatórios de Sustentabilidade da <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI, 2016) e Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis (Instituto Ethos, 2017).
Outros	Indicadores GIFE de Governança (GIFE, [2017]); Form 20-F (SEC [2017]); Form 990 (IRS [2017]) e no Índice de Sustentabilidade Empresário (Brasil; Bolsa; Balcão, 2015).

Fonte: Elaborada pelas autoras com dados da pesquisa.

Este levantamento resultou em uma relação com 77 itens, variando entre relatórios e indicadores representativos de informações sobre responsabilidade social. Também, este levantamento embasou a construção do formulário aplicado aos *stakeholders*, composto das categorias de responsabilidade social mais citadas na literatura empírica e nos documentos orientativos (categoria econômica e financeira, categoria legal, categoria ética, categoria estratégica, categoria governança, categoria social e categoria ambiental). Na categoria social, orientou-se que fossem sugeridas informações referentes aos públicos interno e externo da OSCIP. Também, deixou-se espaço para que os participantes da pesquisa pudessem indicar outras informações consideradas relevantes, porém não contempladas nas categorias elencadas no formulário.

A pesquisa envolveu os *stakeholders* de três OSCIPs localizadas em três municípios do Estado do Rio Grande do Sul, selecionadas por acessibilidade. Duas dessas OSCIPs desenvolvem atividades de associações de defesa dos direitos sociais e a outra OSCIP desenvolve atividade de orfanato (MOSC, 2017). Para identificação dos *stakeholders* considerou-se o que preconiza a literatura, ou seja, a organização deve conhecer suas principais partes interessadas, pois as mesmas têm o dever de mantê-los informados sobre suas atividades e condutas, bem como atender suas necessidades e demandas em primeiro lugar (YUSOFF et al., 2006). Clarkson (1995) classifica os *stakeholders* em primários e secundários, sendo funcionários, clientes, fornecedores, doadores/investidores e a comunidade o grupo de *stakeholders* primários. Por conseguinte, os formulários foram aplicados para esse grupo.

A aplicação dos formulários foi realizada em encontros com os *stakeholders* de cada OSCIP, utilizando-se da técnica de *brainstorming* (GODOI, 2004), com a tomada de ideias por escrito. Iniciou-se pelos funcionários explicando-se o objetivo da pesquisa e a definição das categorias indicadas no formulário e esclarecendo-se que as respostas seriam individuais e livres, de acordo com o que julgassem ser importante para a OSCIP evidenciar nos seus sites de *Internet*. Em uma das OSCIPs a comunicação com os *stakeholders* foi realizada por contato telefônico e por e-mails. Esta etapa resultou em 55 formulários respondidos.

As respostas coletadas foram tratadas por meio da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977) resultando em uma relação de 94 itens entre relatórios e indicadores. Na sequência, foi feita uma nova relação triangulando os itens levantados na revisão da literatura com os itens sugeridos pelos *stakeholders*, totalizando 122 itens. Desse total, após reanálise, foram extraídos 86 itens, entre relatórios e indicadores, por meio de alguns critérios de seleção. Ou seja, todos os relatórios e indicadores identificados na literatura e os mais citados pelos *stakeholders*, com algumas exceções, foram selecionados para a relação final, conforme descrito na sequência quando da apresentação dos resultados.

4 Resultados e discussão

Da relação inicial composta de relatórios e indicadores identificados na pesquisa bibliográfica e documental, para a relação final onde foram considerados os relatórios e indicadores sugeridos pelos *stakeholders*, nove novos itens foram acrescentados. Para chegar nesse resultado selecionou-se os relatórios e indicadores encontrados na revisão bibliográfica e ou documental e todos que foram mais citados pelos *stakeholders*; excluiu-se os relatórios e indicadores citados de uma a três vezes e que não constavam na literatura, havendo algumas exceções; analisou-se os demais relatórios e indicadores sugeridos de acordo com a categoria indicada. Ressalta-se que a grande parte das informações sugeridas pelos *stakeholders*, inclusive alguns dos mais citados por eles, coincidiram com os encontrados na literatura e documentos de orientação consultados.

As tabelas apresentadas na sequência relacionam os relatórios e indicadores representativos de informações de responsabilidade social, distribuídos por categorias. Na primeira coluna constam os relatórios e indicadores, na segunda e na terceira mostra-se onde foram identificados os relatórios e indicadores. Para sinalizar os relatórios e indicadores identificados pelos *stakeholders* foi informado o número de vezes que os mesmos foram sugeridos. A última coluna demonstra os relatórios e indicadores que compõe a relação final.

Carroll (1979) propõe quatro categorias que praticadas simultaneamente formam a responsabilidade social. A primeira é a econômica, por ela ser a unidade econômica básica da sociedade. Por isso, é responsabilidade da organização gerar lucro e produzir produtos e serviços desejáveis para sociedade. Dessa forma, inicia-se relacionando os relatórios e indicadores da econômica e financeira, conforme a Tabela 2.

Tabela 2: Relatórios e Indicadores da Categoria Econômica e Financeira

Indicadores	Teoria	Stakeholders	Relação Final
Análise das Demonstrações Contábeis (Rentabilidade, Liquidez, Endividamento)		2	
Balancetes		5	
Balanco Patrimonial	X	26	X
Demonstração da Receita e Despesa Realizada na Execução do Termo de Parceria	X		X
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	X		X
Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	X	1	X
Demonstração do Fluxo de Caixa	X	3	X
Demonstração do Resultado do Exercício	X	11	X
Doações Recebidas Detalhadas (Instituições, Rugido do Bem, etc.)		5	X
Extrato do Relatório de Execução Física e Financeiro do Termo de Parceria	X	2	X
Investimento em Infraestrutura / Estrutura Física	X	1	X
Notas Explicativas	X	2	X
Orçamentos Financeiros		2	X
Parecer do Conselho Fiscal	X	1	X
Parecer dos Auditores Independentes	X	3	X
Quantidade de Projetos Aprovados para Captação de Recursos		1	
Quantidade de Projetos Submetidos para Captação de Recursos		1	
Relatório sobre a Execução do Objeto do Termo de Parceria	X		X
Valores Arrecadados com Eventos, Campanhas e Mensalidades		8	X
Valores Investidos em Projetos		5	X

Fonte: Elaborada pelas autoras com dados da pesquisa.

Os relatórios e indicadores da categoria econômica e financeira visam abordar as questões relacionadas às condições econômicas e financeiras da organização, não apenas mensurando lucro, mas também a alocação e distribuição de recursos (THIMÓTEO; GARCEZ;

HOURNEAUX JUNIOR, 2015). Assim, esta categoria finalizou com 16 itens, variando entre relatórios e indicadores de informações tanto qualitativas quanto quantitativas. A maioria dos relatórios e indicadores compilados nesta categoria são considerados de evidência compulsória, ou seja, são estabelecidos legalmente pelos órgãos reguladores que determinam os padrões de informações mínimas, necessárias e exigidos nos relatórios contábeis que são divulgadas como prestação de contas para os *stakeholders* (BEUREN, HEIN; BOFF, 2011; SILVA; MACAGNAN, 2012).

Percebeu-se que se tratando de evidência econômica e financeira, os *stakeholders* desejam obter informações mais específicas, por isso foram considerados os relatórios e indicadores sugeridos que visam à evidência dos valores recebidos detalhadamente em forma de doações, eventos, campanhas, mensalidades, além de como estão orçados e como estão sendo gastos esses valores dentro dos projetos e na própria infraestrutura da organização. Esse resultado demonstra o quão importante é a evidência econômica e financeira, pois são informações que influenciam na tomada de decisão dos *stakeholders* para fins de novas doações. Também possibilita os gestores demonstrar os princípios de gestão e prestar conta do uso dos recursos organizacionais, reduzindo a assimetria informacional, estimulando a credibilidade na organização, fortalecendo sua legitimidade e sustentabilidade (AKERLOF, 1970, GIMENES, 2010; MICHELON, 2011; O'DONOVAN, 2002; SEIBERT; MACAGNAN, 2015).

Destaca-se que se optou pela não inclusão do relatório contábil “balancete” na relação final, porque considerou-se que o mesmo repetiria informações evidenciadas nos demais relatórios da categoria. Por outro lado, se contribui com a criação de três novos indicadores: “Orçamentos financeiros”, “Valores arrecadados com eventos, campanhas e mensalidade” e “Valores investidos em projetos” não identificados na literatura revisada. O relatório “orçamento financeiro” foi incluído, mesmo tendo sido solicitado por apenas dois *stakeholders*, por demonstrar como a organização pretende utilizar ao longo do ano os valores auferidos. É essencial que as organizações sem fins lucrativos informem aos seus *stakeholders* onde e como estão sendo aplicados os recursos que, na maioria das vezes, provém doações e ou investimentos (BEZERRA et al., 2014).

Na categoria legal, os indicadores devem demonstrar a conformidade com as exigências legais (CARROLL, 1979). São 7 os indicadores finais representativos desta categoria, conforme elencados na Tabela 3.

Tabela 3: Indicadores da Categoria Legal

Indicadores	Teoria	Stakeholders	Relação Final
Carta Constitutiva		1	
Certidões (OSCIIP, CEBAS, Conselhos Municipais)		7	X
Certidões Negativas de Débito Estaduais, Federais e Municipais	X	1	X
CNPJ / Alvará		3	
Contrato Social		1	
Estatuto da Organização	X	12	X
Leis/Regulamentos/Portarias que Amparam o Funcionamento da Instituição		9	X
Normas Internas / Regimentos Internos	X	14	X
Processos Judiciais (Trabalhistas, Ambientais, Civil, etc.)	X	4	X
Relação de Multas	X	1	X
Respeito as Legislações Vigentes		6	
Resultado de Eleições		2	
Termo de Parceria		3	

Fonte: Elaborada pelas autoras com dados da pesquisa.

Nesta categoria foram considerados somente os indicadores encontrados na literatura e os mais citados pelos *stakeholders*. Destaca-se que entre os mais sugeridos pelo público estão os indicadores “certidões” e “leis que aparam o funcionamento da Instituição”, que não foram encontrados no levantamento bibliográfico. Apesar de ter sido sugerido por seis vezes o indicador “Respeito à legislação vigente”, ele não foi considerado pela dificuldade em mensurá-lo. A capacidade de mensuração é uma das características de um indicador (GALLOPIM, 1996). Evidenciar o respeito às leis em vigor é o objetivo da categoria legal (CARROLL, 1979) através de um grupo de indicadores representativos de informações mais específicas.

Os indicadores da categoria ética procuram evidenciar o comportamento ético da organização (CARROLL, 1979). Esta categoria ficou composta de 4 indicadores, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4: Indicadores da Categoria Ética

Indicadores	Teoria	Stakeholders	Relação Final
Canal de Comunicação com os Públicos (Ouvidoria / Fale Conosco)	X	7	X
Código de Ética / Código de Conduta	X	21	X
Doações e Serviços sem fins Político-partidária		1	
Nº de Membros / Funcionários Envolvido em Corrupção		1	
Política de Prevenção e Combate a Corrupção	X	1	X
Respeito a Diversidade		1	
Respeito a Privacidade e Uso de Informações dos <i>Stakeholders</i>	X		X

Fonte: Elaborada pelas autoras com dados da pesquisa.

A afirmação de Carroll (1979) quanto às expectativas da sociedade relacionadas ao comportamento ético das organizações pode ser percebida por meio dos dois indicadores mais citados pelos *stakeholders*: “canal de comunicação” e “código de ética”. A sugestão de ambos indicadores expressa o interesse dos *stakeholders* em conhecer as normas éticas que regem a organização, bem como, de ter a sua disposição mecanismos para se manifestar diante de comportamentos questionáveis. Ao observar que a conduta da organização não corresponde às expectativas advindas do estabelecimento do contrato social, os *stakeholders* podem formar grupos de pressão ameaçando a legitimação e reputação organizacional (FOMBRUN et al., 2000; LINDBLUM, 1994; MICHELON, 2011; O’DONOVAN, 2002; SUCHMAN, 1995).

Os indicadores da categoria estratégica são informações que proporcionam aos *stakeholders* a percepção sobre a atuação da organização, tanto no que tange sua trajetória como pelas ações planejadas para o futuro (SILVA; MACAGNAN, 2012). O alinhamento estratégico da organização é a base para estabelecer suas ações (INSTITUTO ETHOS, 2017). Na Tabela 5, apresentam-se os indicadores desta categoria.

Tabela 5: Indicadores da Categoria Estratégica

Indicadores	Teoria	Stakeholders	Relação Final
Áreas de Atuação		8	X
<i>Balanced Scorecard</i>		1	
Fluxograma dos Processos Desenvolvido		1	
Histórico da Organização	X	1	X
Metas e Objetivos Organizacionais	X	11	X
Missão e Visão / Valores e Princípios	X	12	X
Planejamento Estratégico	X	23	X
Plano de Ação		5	
Projetos em Andamento		2	
Quem Somos Nós		1	

Fonte: Elaborada pelas autoras com dados da pesquisa.

Todos os 5 indicadores finais da categoria estratégica, foram consideravelmente citados pelos *stakeholders*. Houve cinco sugestões para o indicador “plano de ação”, porém

optou-se em selecionar apenas o indicador “planejamento estratégico”, que além de ser um dos mais sugeridos para esta categoria, incorpora o plano de ação. Destaca-se a inclusão, na relação final, do indicador “área de atuação” sugerido pelos *stakeholders*, sem ter sido identificado na teoria revisada.

Através dos indicadores de informações estratégicas os *stakeholders* podem monitorar e avaliar se a organização está atuando e usando os recursos em consonância com o alinhamento estratégico outrora proposto (HUDSON, 1999; SOLDI et al., 2007). Por sua vez, essa análise viabiliza o ganho ou a manutenção da legitimação (SEIBERT; MACAGNAN, 2015).

Na categoria governança os indicadores buscam demonstrar a estrutura organizacional e os principais mecanismos de governança (SILVA; MACAGNAN, 2012). De acordo com Seibert e Macagnan (2017, p. 43), há estudos que demonstram a relevância da evidenciação dessas informações após a ocorrência de escândalos financeiros do início do século XX, bem como pela lei americana Sarbanes-Oxley. Na Tabela 6, estão relacionados os indicadores desta categoria.

Tabela 6: Indicadores da Categoria Governança

Indicadores	Teoria	Stakeholders	Relação Final
Auditoria Independente	X		X
Auditoria Interna	X		X
Comitê de Responsabilidade Social ou Sustentabilidade	X		X
Composição Cargos de Chefia		2	
Composição da Diretoria	X	13	X
Composição dos Comitês (Ética e outros)	X	2	X
Composição dos Conselhos (Administração, Fiscal, etc.)	X	10	X
Contador Responsável	X		X
Organograma / Estrutura Organizacional	X	18	X
Políticas de Gestão		1	
Presença de Outros Comitês		2	

Fonte: Elaborada pelas autoras com dados da pesquisa.

Dos 8 indicadores finais, os mais sugeridos pelos *stakeholders* foram “organograma/estrutura organizacional”, “composição dos conselhos” e “composição da diretoria”. Esses indicadores, assim como os demais relacionados, oportunizam os *stakeholders* identificar os membros que estão à frente da governança e o nível desta, na medida em que informa ou não a existência de mecanismos de controles internos. A governança norteia a gestão organizacional e o relacionamento com *stakeholders* (IBGC, 2009). Os mecanismos de controle reduzem os conflitos de interesses (JENSEN; MECKLING, 1976) e a assimetria da informação (AKERLOF, 1970) que podem surgir nessa relação e ameaçar a legitimidade organizacional (LINDOBLUM, 1994; SUCHMAN, 1995).

A categoria social, também chamada de filantrópica por Carroll (1979), caracteriza-se pela evidenciação de informações que demonstre a interação da organização com a sociedade onde está inserida (DAHLSTRUD, 2008). São 11 itens finais, entre relatórios e indicadores, que compõem esta categoria, conforme consta na Tabela 7.

Tabela 7: Relatórios e Indicadores da Categoria Social

Indicadores	Teoria	Stakeholders	Relação Final
Balanço Social	X	5	X
Certificações de Responsabilidade Social (NBR 16001:2012, SA 8000)	X		X
Crítérios para Seleção Beneficiários		1	
Demonstração do Valor Adicionado – DVA	X	2	X
Eventos Benéficos / Confraternizações		12	X
Informações sobre Doadores		1	
Investimentos Sociais	X		X

Indicadores	Teoria	Stakeholders	Relação Final
Mecanismo de Comunicação Externa e Interna (Boletins Informativos, Fotos, Vídeos)	X	8	X
Parceiras Sociais com outras Entidades		2	
Pesquisa de Diagnostico		1	
Política de Responsabilidade Social	X		X
Premiações		1	
Projetos Sociais	X	28	X
Relatório das Atividades Realizadas	X	23	X
Relatório de Sustentabilidade	X	1	X
Seminários/Eventos de Temas Específicos de Responsabilidade Social	X		X

Fonte: Elaborada pelas autoras com dados da pesquisa.

Essa categoria é formada por relatórios e indicadores com características quantitativas e qualitativas. Os relatórios e indicadores mais sugeridos pelos *stakeholders* foram “relatório de atividade” e “projetos sociais”, o que pode ser justificado pelo anseio em monitorar e avaliar o cumprimento dos objetivos e o planejamento proposto pela organização, o que mostra a evidenciação social como meio estratégico para o alcance legitimidade organizacional (LINDBLUM, 1994). Destaca-se que, com exceção do indicador “eventos beneficentes/confraternização”, todos os demais relatórios e indicadores mais requeridos pelos *stakeholders* também foram identificados na revisão da literatura.

Na categoria, públicos da organização, os indicadores são representativos de informações sobre os diversos públicos, interno e externo, que se relacionam com a organização (SEIBERT E MACAGNAN, 2017). Na Tabela 8, apresentam-se os indicadores finais desta categoria.

Tabela 8: Indicadores da Categoria Públicos da Organização

Indicadores	Teoria	Stakeholders	Relação Final
Acessibilidade para Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	X		X
Avaliação de Desempenho dos Funcionários	X		X
Campanhas Sociais com Público Interno		1	
Crítérios para Seleção dos Membros / Funcionários		1	
Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>	X		X
Gasto com Fornecedores Locais	X	1	X
Investimento em Qualificação Profissional	X	2	X
Nº de Funcionários	X		X
Oportunidades de Trabalho	X		X
Perfil dos Funcionários	X	7	X
Pesquisa de Satisfação e/ou Clima Organizacional	X	1	X
Política de Avaliação dos Conselheiros / Dirigentes	X		X
Política de Contratação de Aprendiz	X		X
Política de Contratação de Pessoas com Deficiências ou Necessidades Especiais	X		X
Política de Equidade Racial e Gênero	X		X
Política de Remuneração e Benefícios	X	3	X
Processo de Sucessão Principal Diretor	X		X
Produtividade dos Funcionários		1	
Política Recrutamento dos Conselheiros	X	3	X
Relações com Sindicatos / Órgão de Classes	X		X
Remuneração dos Conselheiros / Dirigentes	X	2	X
Rotatividade de Funcionários	X		X
Segurança e Saúde no Trabalho	X	3	X

Fonte: Elaborada pelas autoras com dados da pesquisa.

Nessa categoria apresenta-se o maior número de indicadores representativos de responsabilidade social. No total são 20 indicadores selecionados e a grande maioria foram extraídos da literatura e de documentos orientativos. Os mais citados pelo *stakeholders* foram “perfil dos trabalhadores”, “segurança e saúde no trabalho”, e “política de recrutamento dos conselheiros”. Destaca-se que a literatura revisada demonstra maior atenção com a categoria do que a identificada pelos interesses dos *stakeholders*, conforme se percebe pelo número reduzido de respostas relativas a esses indicadores.

Conforme a ISO 26.000 (ABNT, 2010), a geração de oportunidade e de boas condições de trabalho aos *stakeholders* internos faz parte da responsabilidade social da organização, como meio de promover o desenvolvimento humano e evitar problemas sociais decorrente da ausência desses fatores. Salienta-se que os funcionários compõem o rol de *stakeholders* para quem a organização tem obrigação moral e são fundamentais para sua sobrevivência, boa reputação e legitimação (CLARKSON, 1995; FOMBRUN et al., 2000; PARMAR et al., 2010; PHILLIP, 2003).

A responsabilidade com os impactos causados ao meio ambiente também é uma das categorias que compõem a responsabilidade social das organizações (DAHLSTRUD, 2008). Nesta categoria, as organizações evidenciam aos seus *stakeholders* suas estratégias de atuação ambientalmente responsável (MOTA et al., 2007). A Tabela 9 elenca os indicadores desta categoria:

Tabela 9: Indicadores da Categoria Ambiental

Indicadores	Teoria	Stakeholders	Relação Final
Ações / Tecnologias para Redução do Impacto Ambiental		3	
Ações para Preservação Ambiental		2	
Auditoria Ambiental	X		X
Avaliação de Impacto Ambiental (Focos de Poluição, Riscos)		2	
Certificações Ambientais (ISO 14001, outras)	X		X
Coleta Seletiva do Lixo	X	4	X
Conservação e/ou Uso Eficiente de Energia / Consumo	X	2	X
Controle de Consumo de Materiais		1	
Controle de Geração / Redução de Resíduos Sólidos	X	1	X
Desperdício de Água		1	
Destinação do Lixo (Contaminante, Eletrônico, Orgânico, etc.)		7	X
Educação Ambiental	X	4	X
Investimentos Ambientais	X	3	X
Parcerias Ambientais		3	
Política Ambiental	X	9	X
Preservação / Conversação da Biodiversidade	X	1	X
Prevenção e Controle da Poluição do Ar	X		X
Projetos Ambientais	X	32	X
Reciclagem do Lixo	X	5	X
Seguro Ambiental	X		X
Uso Eficiente e/ou Reutilização da Água / Consumo	X	2	X
Volume de Resíduos Gerados		1	

Fonte: Elaborada pelas autoras com dados da pesquisa.

Com exceção do indicador “Destinação do Lixo”, todos os demais que compõem a listagem final desta categoria constam na literatura e nos documentos de orientação, e coincidiram com a maioria das sugestões dos *stakeholders*. Os indicadores mais citados foram “projetos ambientais” e “políticas ambientais”, mas também há o interesse em conhecer outras questões ambientais com a poluição, ao uso dos recursos naturais, com o lixo gerado pela organização.

Com as questões ambientais em voga acalorando discussões e intensificando as campanhas de conscientização ambiental, os *stakeholders* esperam que as organizações preservem o meio ambiente e adotem conduta ambiental responsável. Ao evidenciar informações ambientais, a organização estará demonstrando o seu apoio a essas causas, o empenho em reduzir os impactos ambientais ocasionados direta ou indiretamente pelo exercício de suas atividades e reforçará sua legitimidade organizacional (ABNT, 2010; CORREA et al., 2015; ORTAS; GALLEGO-ALVAREZ; ETXERBERRIA, 2014; YUSOFF et al., 2006).

5 Considerações finais

Com a crescente discussão acerca da responsabilidade social as organizações são chamadas a adotar uma conduta socialmente responsável. Sabendo que a evidenciação de informações de responsabilidade social é um meio das organizações demonstrarem aos seus *stakeholders* legitimadores o atendimento a este chamado, e com isso garantir a manutenção da legitimação, o presente trabalho buscou contribuir identificando os relatórios e indicadores representativos de responsabilidade social que podem ser evidenciados nas páginas eletrônicas de Internet das OSCIPs.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica na literatura empírica e uma pesquisa documental nos documentos de orientação sobre o tema, o que possibilitou a identificação de relatórios e indicadores das categorias de responsabilidade social e das metodologias utilizadas pelos pesquisadores para construção dos mesmos. Na sequência, criou-se um formulário com as categorias da responsabilidade social, que foi aplicado para grupos de *stakeholders* de três OSCIPs, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, visando coletar sugestões de relatórios e indicadores conforme a percepção e o interesse de cada um.

A pesquisa resultou em 86 itens, entre relatórios e indicadores representativos de responsabilidade social, distribuídos em oito categorias: econômica e financeira; ética; legal; estratégica; governança; social; públicos da organização e ambiental. Os itens são constituídos tanto por relatórios e indicadores apresentados na literatura empírica e documentos de orientação, quanto por relatórios e indicadores sugeridos pelos *stakeholders* e que não foram identificados no levantamento bibliográfico e documental.

Por último, destaca-se que a pesquisa apresenta limitações por abordar algumas categorias da responsabilidade social e selecionar apenas as mais frequentes nas pesquisas empíricas e nos documentos de orientação sobre o tema; e por restringir a participação dos *stakeholders* àqueles que têm envolvimento apenas com as três OSCIPs da amostra. Desse modo, sugere-se a realização de estudos futuros envolvendo outras categorias da responsabilidade social, com participação de mais *stakeholders* e mais OSCIPs na amostra, possibilitando a ampliação da confiabilidade e a comparação dos resultados das pesquisas futuras com os identificados nesta pesquisa.

Referências

ACCOUNTABILITY. **AA1000APS - Accountability Principles Standard**. 2008.

_____. **AA1000SES - Stakeholder Engagement Standard**. 2015.

AKERLOF, G. A. The Market for 'Lemons': Quality Uncertainty and the Market Mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**, p. 488-500, 1970.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 16001:2012**. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

_____. **NBR ISO 26000:2010**. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEUREN, I. M.; HEIN, N.; BOFF, M. L. Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom versus geração familiar gestora de empresas familiares. **Revistas Iberoamericana de Contabilidad de Gestion – RIGC**, v.IX, n.17, 2011.

BEZERRA, E. S.; PEREIRA, M. L.; ALBUQUERQUE, L. S. Um estudo nas demonstrações contábeis elaboradas, divulgadas e utilizadas na prestação de contas das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP do Brasil. *In.*: **Anais do XI Congresso Brasileiro de Custos**. Natal, 2014.

BRASIL. **Lei n. 9.790**, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm> Acesso 24 jul. 2014.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO. **Índice de sustentabilidade empresarial**. Disponível em: <<http://indicadores.isebvmf.com.br/questionnaires/downloads>> Acesso 24 abr. 2017.

BURGWAL, D. V.; VIEIRA, R. J. O. Determinantes da divulgação ambiental em companhias abertas holandesas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v.25, n.64, p. 60-78, 2014.

CARNEIRO, A. F.; OLIVEIRA, D.L.; TORRES, L. C. Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p. 90-105, 2011.

CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of management review**, v.4, n.4, p. 497-505, 1979.

CHO, C. H.; MICHELON, G.; PATTEN, D. M.; ROBERTS, R. W. CSR disclosure: the more things change...?. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v.28, n.1, p. 14-35, 2015.

CHEN, L.; SRINIDHI, B.; TSANG, A.; YU, W. Audited financial reporting and voluntary disclosure of corporate social responsibility (CSR) reports. **Journal of Management Accounting Research**, v.28, n.2, p. 53-76, 2016.

CLARKSON, M. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. **Academy of management review**, v.20, n.1, p. 92-117, 1995.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC - ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucro**, 2012.

_____. **NBC - T 15 – Informações de natureza social e ambiental**, 2004.

COOPER, S. M.; OWEN, D. L. Corporate social reporting and stakeholder accountability: The missing link. **Accounting, Organizations and Society**, v.32, n.7, p. 649-667, 2007.

CORREA, J. C.; GONÇALVES, M. N.; MORAES, R. O. Disclosure ambiental das companhias do setor petróleo, gás e biocombustíveis listadas na BM&FBovespa: Uma análise à luz da teoria da legitimidade. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v.4, n.3, p. 139-154, 2015.

CORMIER, D.; MAGNAN, M. The economic relevance of environmental disclosure and its impact on corporate legitimacy: An empirical investigation. **Business Strategy and the Environment**, v.24, n.6, p. 431-450, 2015.

DAHLSTRUD, A. How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. **Corporate social responsibility and environmental management**, v.15, n.1, p. 1-13, 2008.

DAVIS, K. The case for and against business assumption of social responsibilities. **Academy of Management journal**, v.16, n.2, p. 312-322, 1973.

DEEGAN, C. Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures—a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v.15, n.3, p. 282-311, 2002.

DHALIWAL, D.; LI, O. Z.; TSANG, A.; YANG, Y. G. Corporate social responsibility disclosure and the cost of equity capital: The roles of stakeholder orientation and financial transparency. **Journal of Accounting Public Policy**, p. 1-28, 2014.

DHANANI, A.; CONNOLLY, C. Discharging not-for-profit accountability: UK charities and public discourse. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, p. 1140-1169, 2012.

DUELLI, P.; OBRIST, M. K. (2003). Biodiversity indicators: the choice of values and measures. **Agriculture, ecosystems & environment**, v.98, n.1, p. 87-98, 2013.

FOMBRUN, C. J.; GARDBERG, N. A.; BARNETT, M. L. Opportunity platforms and safety nets: Corporate citizenship and reputational risk. **Business and society review**, v.105, n.1, p. 85-106, 2000.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1984.

GALLOPIN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A system approach. **Environmental Modelling & Assessment**, v.1, p. 101-117, 1996.

GALLEGO-ÁLVAREZ, I.; QUINA-CUSTODIO, I. A. Disclosure of corporate social responsibility information and explanatory factors. **Online Information Review**, v.40, n.2, p. 218-238, 2016.

GIMENES, É. R. Transparência na prestação de contas por organizações do terceiro setor. **Revista Urutágua Acadêmica Multidisciplinar DCS/UEM**, n.20, p. 130-140, 2010.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI). **Normas GRI para relatórios de sustentabilidade**. 2016.

GODOI, M. H. P. C. **Brainstorming: como atingir metas**. São Paulo: INDG, 2004.

GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). **Indicadores GIFE de Governança**. Disponível em: <<http://gife.org.br/indicadores-gife-de-governanca>> Acesso 24 abr. 2017

HARDI, P.; BARG, S. **Measuring sustainable development: review of current practice**. Winnipeg: IISD, 1997

HEINK, U.; KOWARIK, I. What are indicators? On the definition of indicators in ecology and environmental planning. **Ecological Indicators**, v.10, n.3, p. 584-593, 2010.

HUDSON, M. **Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita**. São Paulo: Makron Books, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**, 2009.

_____; GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). **Guia das melhores práticas de governança para Institutos e Fundações Empresariais**. 2.ed. São Paulo: IBGC; GIFE, 2014.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis**. São Paulo: Instituto Ethos, 2017.

INTERNAL REVENUE SERVICES (IRS). **Form 990**. Disponível em: <<http://www.irs.gov/pub/irs-pdf/f990.pdf>> Acesso 05 mai. 2017.

JENSEN M.; MECKLING, W. Theory of the firm: Managerial behavior, agency cost, and ownership structure. **Journal os Financial Economics**, p. 305-360, 1976.

JIZI, M. I.; SALAMA, A.; DIXON, R.; STRATLING, R. Corporate governance and corporate social responsibility disclosure: Evidence from the US banking sector. **Journal of Business Ethics**, v.125, n.4, p. 601-615, 2014.

KILIÇ, M. Online corporate social responsibility (CSR) disclosure in the banking industry: Evidence from Turkey. **International Journal of Bank Marketing**, v.34, n.4, p. 550-569, 2016.

LAVILLE, E. **A empresa verde**. Ôte, 2009.

LINDBLOM, C. K. The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. *In.*: **Critical perspectives on accounting conference**, New York, 1994.

MACÊDO, F. F. R. R.; MOURA, G. D.; DAGOSTINI, L.; HEIN, N. Evidenciação ambiental voluntária e as práticas de governança corporativa de empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v.16, n.1, p. 3-18, 2013.

MACHADO FILHO, C. P. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (MOSC). Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/resultado-consulta.html>> Acesso em 03 mar. 2017

MARQUEZAN, L. H. F.; SEIBERT, R. M.; BARTZ, D.; BARBOSA, M. A. G.; ALVES, T. W. Análise dos determinantes do disclosure verde em relatórios anuais de empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v.18, n.1, p. 127-150, 2015.

MICHELON, G. Sustainability disclosure and reputation: A comparative study. **Corporate Reputation Review**, v.14, n.2, p. 79-96, 2011.

MONTEIRO, P. R. A.; FERREIRA, A. C. S. A evidenciação da informação ambiental nos relatórios contábeis: um estudo comparativo com o modelo do ISAR/UNCTAD. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v.1, n.1, p. 82-101, 2007.

MOTA, M. O.; MAZZA, A. C. A.; OLIVEIRA, F. C. Uma análise dos relatórios de sustentabilidade no âmbito ambiental do Brasil: sustentabilidade ou camuflagem? **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, v. 0, n.1, 2013.

MURCIA, F. D. R.; SANTOS, A. Fatores determinantes do nível de *disclosure* voluntário das companhias abertas no Brasil. **REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v.3, n.2, p. 72-95, 2009.

O'DONOVAN, G. Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v.15, n.3, p. 344-371, 2002.

OLIVEIRA, M. C.; PONTES JUNIOR, J. É.; OLIVEIRA, O. V.; SENA, A. M. C. Análise comparativa da divulgação social de empresas francesas e brasileiras segundo a Teoria dos Stakeholders. **Base- Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v.11, n.4, p. 304-317, 2014.

_____; CEGLIA, D.; ANTÔNIO FILHO, F. Analysis of corporate governance disclosure: a study through BRICS countries. **Corporate Governance: The International Journal of Business in Society**, v.16, n.5, p. 923-940, 2016.

ORTAS, E.; GALLEGO-ALVAREZ, I.; ETXEBERRIA, I. A. Financial factors influencing the quality of corporate social responsibility and environmental management disclosure: A quantile regression approach. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v.22, n.6, p. 362-380, 2015.

PARMAR, B. L.; FREEMAN, R. E.; HARRISON, J. S.; WICKS, A. C., PURNELL, L.; COLLE, S. Stakeholder theory: the state of the art. **The academy of management annals**, v.4, n.1, p. 403-445, 2010.

PHILLIPS, R. Stakeholder legitimacy. **Business ethics quarterly**, v.13, n.01, p. 25-41, 2003.

RAHIM, M. M. Raising corporate social responsibility - The 'legitimacy' approach. **Browser Download This Paper**, 2012.

REMPEL, R. S.; ANDISON, D. W.; HANNON, S. J. Guiding principles for developing an indicator and monitoring framework. **The Forestry Chronicle**, v.80, n.1, p. 82-90, 2004.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D.R.; BORBA, J. A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, v.47, n.2, p. 217-230, 2012.

SAO JOSE, A. S.; FIGUEIREDO, M. A. G. Modelo de proposição de indicadores globais para organização das informações de responsabilidade social. *In.*: Anais do **XII Congresso Nacional de Excelência em Gestão**, Rio de Janeiro, 2001.

SEIBERT, R. M.; MACAGNAN, C. B. **Responsabilidade social: a transparência das Instituições de Ensino Superior Filantrópicas**. Novas Edições Acadêmicas, 2017.

_____. Disclosure of community Institutions of Higher Education: a study in the perspective of stakeholders. **Contextus Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v.13, n.2, p. 176-209, 2015.

SILVA, R. C. F.; SEIBERT, R. M.; WBATUBA, B. B. R.; MACAGNAN, C. B. As boas práticas de governança: um estudo sobre a transparência e prestação de contas nas OSCIPS do RS. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v.9, n.3, p. 24-44, 2015.

SILVA, V. S.; MACAGNAN, C. B. Categorias de informações evidenciadas nos relatórios anuais. **REDES – Revista do Desenvolvimento Regional**, v.17, n.2, p. 154-174, 2012.

SHOCKER, A. D.; SETHI, S. P. An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies. **California Management Review**, v.15, n.4, p. 97-105, 1973.

SOCIAL ACCOUNTABILITY INTERNACIONAL (SAI). **SA8000: 2014**. New York: SAI, 2014.

SOLDI, A. R.; HATZ, C. R.; SANTOS, G. R.; SILVA, M. M. Transparência no terceiro setor: um estudo sobre as organizações filantrópicas. **Jovens pesquisadores**, v.4, n.1, p. 1-13, 2007.

SECURITIES EXCHANGE COMMISSION (SEC). **Form 20-F**. Disponível em: <<http://www.sec.gov/about/forms>> Acesso 02 mai. 2017.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **Academy of management review**, v.20, n.3, p. 571-610, 1995.

THIMOTEO, A. C. A.; GARCEZ, M. P.; HOURNEAUX JUNIOR, F. O uso e a importância dos indicadores de sustentabilidade nas organizações: estudo de casos em empresas de energia elétrica. **Journal of Environmental Management and Sustainability**, v.4, n.1, 2015.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT (UNGC). **Guide to Corporate Sustainability: Shaping a Sustainable Future**. New York: UNGC, 2014.

VAN BELLEN, H. M. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos EBAPE.BR**, v.II, n.1, 2004.

WOOD, D. J. Corporate social performance revisited. **Academy of management review**, p. 691-718, 1991

YUSOFF, H.; LEHMAN, G.; NASIR, N. Environmental engagements through the lens of disclosure practices: a Malaysian story. **Asian Review of Accounting**, v.14, p. 122-148, 2006.